

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Meninas: presente e futuro

Geraldo Magela/Agência Senado



Deputada Profª Marcivânia (PCdoB-AP), titular da Comissão de Educação da Câmara, mediou o encontro

Dia 25 de maio, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, apoiada pelo Unicef, Plan International e Instituto Indica, discutiu o tema **Empoderamento das Meninas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Cerca de 50 pessoas prestigiaram a Pauta Feminina mediada pela deputada federal Professora Marcivânia (PCdoB-AP).

Heloísa Oliveira, da Fundação Abrinq e da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), disse que crianças e adolescentes estão mencionados em 10 dos 17 ODS estabelecidos para 2030.

Cláudia Vidigal, secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacou que cerca de 20% dos bebês são de mães adolescentes. Para ela, é necessário levar a temática das meninas a debates sobre todos os assuntos, sem restringi-la à abordagem em espaços separados.

Gabriela Mora, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Infância (Unicef), frisou que “a gente não precisa de uma matéria, de um dia, de uma data comemorativa, mas de uma análise de gênero, com mais meninas no debate”.

Pluralidade

A estudante negra Laís Rodrigues de Almeida, 17 anos, disse que é necessário considerar as especificidades. “Há vários tipos de meninas: brancas, negras, quilombolas, indígenas, lésbicas. Cada uma enfrenta lutas específicas”, afirmou.

Laís estudou no Centro de Ensino Médio 9 de Ceilândia (DF) e atualmente cursa Engenharia.

Viviana Santiago, gerente técnica de Gênero da Plan International Brasil, afirmou que “o desafio é pensar nas meninas como sujeitas de direitos”. Para ela, a visão centrada no adulto prioriza a fala sobre as meninas em vez de ouvi-las.

Gina Vieira Ponte de Albuquerque, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, narrou a experiência bem-sucedida do projeto *Mulheres Inspirado-*

ras, voltado para a “ampliação do repertório cultural das meninas sobre as possibilidades abertas para as mulheres” e realizado no colégio Centro de Ensino Fundamental 12, de Ceilândia.

Livro

Na abertura, o professor Benedito Rodrigues, da Universidade Católica de Brasília (UCB), lançou o livro *Ser Menina no Brasil Contemporâneo: marcações de gênero em contexto de desigualdades*, que co-organiza com a professora Lêda Gonçalves de Freitas.

“O espaço em que as meninas mais se sentiram discriminadas foi dentro de casa”, disse Benedito.

Participaram da audiência, entre outras lideranças, a ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul – Brasil, que também presidiu a mesa; Ana Paula Tongo da Silva e Irina Storini, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Janaina Oliveira, da Rede Afro LGBT; Carla Cristie, coordenadora do curso de pedagogia da Universidade Católica de Brasília; e Flávio Debique, da Plan International.

Veja a audiência no e-Cidadania: <http://bit.ly/2rcaQZf>



Emília Fernandes, do Fórum de Mulheres do Mercosul, também presidiu a mesa

Pedro França/Agência Senado

Claudia entrega dossiê



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), recebeu, dia 9 de maio, o dossiê Reforma das Mulheres, elaborado pela revista *Claudia*. A procuradora Especial da Mulher, Vanessa Grazziotin, acompanhou as jornalistas Patricia Zaidan, editora especial, e Tatiana Schibuola, diretora de redação.

O texto aborda reformas necessárias para melhorias na vida das mulheres brasileiras nos eixos família, saúde, educação, trabalho, violência e política. Para a senadora Vanessa, é importante “ter uma revista tão lida pelas mulheres, engajada nessa luta pela independência e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres”.

Todas as parlamentares da bancada feminina receberam a publicação. Ao apresentar dados sobre a reforma que as mulheres querem na política, as jornalistas destacaram que, apesar de serem 51,5% da população, na Câmara elas são apenas 9,94% e, no Senado, 16%.

MPF debate participação feminina na política

Para incentivar a participação das mulheres na política, o Ministério Público Federal (MPF) realizou, no dia 11 de maio, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília, uma audiência pública com autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, advogados, comunidade acadêmica, filiados a partidos políticos, além de entidades comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres em audiência pública.



Mídia Ninia

Formas de impedir fraudes nas candidaturas, fiscalização do cumprimento das leis e punição a sua transgressão foram medidas mencionadas para mais mulheres serem eleitas.

Abriam o evento Nadine Gasman, da ONU Mulheres no Brasil, Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão; Nicolao Dino, vice-procurador geral eleitoral; e Ana Paula Mantovani Siqueira, procuradora regional da República.

Oficina trabalha visão integral da saúde



Lunde Braghini/ProMu

Ampliar o conceito de bem-estar nos aspectos da prevenção e proteção da saúde foram os objetivos dos encontros com adolescentes do programa Menor Aprendiz do Senado, realizados nos períodos da manhã e da tarde do dia 26 de maio, no auditório do ILB.

Promovida pela Procuradoria Especial da Mulher, com apoio do Comitê de Gênero e da Diretoria-Geral, a dinâmica interativa é conduzida pela fisioterapeuta Rita Polli, que durante duas horas dialoga com os jovens sobre a saúde nos espaços de convivência social, sejam eles domésticos, de trabalho ou escolares.

Alcoolismo, tabagismo, doenças sexualmente transmissíveis, paternidade responsável, gravidez na adolescência, sedentarismo e relações de gênero são temas tratados com seriedade e descontração. A intenção é discutir o valor da vida relacional, que permite mostrar aos adolescentes o quanto o respeito e a equidade entre mulheres e homens são uma necessidade urgente nos dias atuais.

Direitos de cidadania e ainda importantes proposições aprovadas ou em análise no Congresso, como a Lei do Femicídio, a Lei Maria da Penha (11.304/16) e a PEC 134/16, entre outras, merecem destaque no encontro.

“A adolescência é a fase da vida em que o ser humano está mais receptivo e em condições de refletir o quanto as diferenças no corpo da mulher e do homem muitas vezes são utilizadas para justificar preconceitos e desigualdades de gênero”, observou Rita.

Crime de estupro poderá ser imprescritível

O plenário do Senado aprovou em primeiro turno, no dia 9 de maio, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro.

De autoria do senador Jorge Viana (PT-AC) e relatada pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), a matéria mereceu 67 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção.

O texto indica que não haverá prazo legal para a vítima denunciar e permite que o agressor possa ser processado e condenado, se for o caso. Atualmente, o período para denúncia é de 20 anos e, no caso de menores de idade, a contagem começa após a vítima completar 18 anos. A norma também estabelece o estupro como crime inafiançável e hediondo, o que agrava a pena e reduz o acesso a benefícios relacionados à execução penal.

A proposta vai passar por mais três sessões de discussão antes de ser votada em segundo turno no plenário. Se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Conferência de saúde mobiliza mulheres de todo o Brasil



Matheus Oliveira/Agência Saúde

Uma das pré-conferências do Distrito Federal aconteceu no dia 17 de maio, em Taguatinga

Cerca de 1.800 representantes de todos os estados estarão reunidos em Brasília, entre os dias 17 e 20 de agosto, para a 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher.

Serão profissionais de saúde e usuárias (os) do Sistema Único de Saúde (SUS), na proporção de 60% de mulheres e 40% de homens.

Com o tema “Desafios para a integralidade com equidade”, o encontro é organizado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e conta com quatro eixos de

discussão.

A primeira conferência aconteceu há 31 anos, segundo disse a enfermeira Carmen Lucia Luiz, coordenadora nacional da 2ª Conferência. Ela destacou a importância de aprofundar o debate: “Temos hoje um cenário de grandes retrocessos para as mulheres, principalmente no Congresso Nacional. Vamos instituir estratégias para o fortalecimento da saúde da população feminina e debater a saúde sexual e reprodutiva, bem como a violência institucional, cometida especialmente com

as mulheres negras, que em alguns casos chegam a não concluir as consultas de pré-natal”, afirmou.

As delegadas à etapa nacional estão sendo eleitas nas etapas municipais e estaduais. Para Ronald Ferreira, presidente do CNS, é necessário garantir a integralidade do atendimento. “O processo de participação contribui para apontarmos os rumos e reforçar a importância da democracia, seja participativa ou representativa. O Brasil precisa da participação social para as significativas contribuições do avanço civilizacional do país. Nenhum direito a menos”, alertou.

Saiba mais sobre a 2ª CNSMU:

http://bit.ly/conferencia_mulheres

<https://www.facebook.com/2cnsmu/>



CMCVM quer dar sequência a trabalho positivo



Pillar Pedreira/Agência Senado

Presidente da CMCVM, Elcione Barbalho, e relatora Luizianne Lins

No dia 10 de maio, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) realizou a primeira reunião de 2017, com eleição das novas presidente e vice-presidente e apresentação do relatório das atividades realizadas no biênio 2015-2016.

Instituída em março de 2015 pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em atendimento à recomendação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra a mulher, em 2013, a CMCVM precisa fazer, a cada biênio, uma

alternância entre senadoras e deputadas na sua presidência.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) foi a primeira presidente da comissão, tendo como vice-presidente a deputada Keiko Ota (PSB-SP). Na nova composição, a presidência foi assumida pela deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) e a vice-presidência coube à senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). A deputada Luizianne Lins (PT-CE) foi mantida como relatora.

“Nós mulheres formamos a maioria da população e do eleitorado brasileiro, mas nossas demandas ainda são tratadas como minoria em todas as áreas, inclusive quando falamos sobre segurança pública e sobre o direito de ir e vir”, disse a deputada Elcione, ao assumir a presidência da Comissão.

Êxito

A relatora Luizianne Lins fez uma síntese dos dois volumes do relatório de atividades do primeiro biênio de funcionamento da

Comissão, com referência à realização de 23 reuniões, 15 audiências públicas, 5 diligências nos estados, 3 seminários, 53 requerimentos aprovados e 12 em aprovação.

“Mais do que novas leis, mais do que diligências, mais do que requerimentos, mais do que a ida a municípios para conhecer ideias e iniciativas de sucesso no que se refere ao combate à violência contra a mulher”, disse a senadora Simone Tebet, “o grande mérito desta Comissão foi o de que passamos a ter voz e vez, com uma visibilidade nos meios de comunicação que nunca tivemos”.

Parte das diligências e oitivas da CMCVM acompanhou denúncias sobre violência no campo; ameaças de morte a trabalhadoras rurais no Amazonas; assassinatos, como de Dorinha, no Amazonas, de Nicinha, em Rondônia; estupros coletivos nas cidades de Castelo e Bom Jesus e na zona Oeste do Rio de Janeiro; estupros nas universidades; casos de assédio moral e sexual contra mulheres policiais; a situação das mulheres encarceradas; entre outras formas de violência contra mulheres, que envolveram mutilação de mãos, braços e perna, perda da visão e estrangulamento.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Mesmo diante de avanços garantidos por inúmeros dispositivos legais criados para preservar direitos e proteger a mulher, sobretudo aquela vítima de violência doméstica ou sexual, precisamos de muito mais: é necessário e urgente desenvolver a cultura do respeito à mulher. E isso é questão de consciência e empoderamento das mulheres e de suas famílias.

No início de abril, fui eleita vice-presiden-

te da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. Chamei atenção para a aprovação no Senado da PEC 64/16, que torna imprescritível os crimes de estupro. Ou seja, mesmo com o passar dos anos, o crime ainda pode e deve ser punido.

A proposta é muito importante para amparar aquelas mulheres que, por alguma razão, levam ou levaram anos para denunciar o agressor. Ainda na comissão, ponderei que, para a nossa defesa, não basta apenas a criação de leis, mas sim a construção cultural de uma nova mentalidade.

Apesar de sermos maioria na população brasileira, ainda somos tratadas como minoria em parte de nossas demandas. Para isso, apresentei projeto de lei (PLS 151/17) que amplia o prazo da licença maternidade de 120 para 180 dias, podendo compartilhar até 60 dias do período com seu companheiro.

Outro projeto de lei (PLS 72/17) de minha

autoria garante a manutenção do emprego e do salário durante os 180 dias de licença-maternidade, além do direito de acompanhar o filho em consultas médicas com dispensa do trabalho pelo tempo necessário.

Já no PLS 96/17, proponho punir com demissão por justa causa homens que forem reincidentes na prática do crime de violência doméstica. É fundamental que façamos um reordenamento na forma da lei para forçar a correção da conduta do agressor.

Sabemos que essas propostas, por si só, não serão a solução. Mas certamente, pavimentarão o fortalecimento da cultura de respeito à mulher e das famílias brasileiras de que tanto necessitamos.

Rose de Freitas (PMDB-ES)

Vice-presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

Artigo

Pesquisa aponta aumento da violência contra mulheres

O Instituto de Pesquisa DataSenado, ligado à Secretaria de Transparência, desde 2005 realiza pesquisas bianuais para obter dados de violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil.

Nas rodadas anteriores da pesquisa, realizadas entre 2005 e 2015, o percentual de mulheres entrevistadas que declararam ter sofrido violência se manteve relativamente constante, entre 15% e 19%. A última edição da pesquisa (2017), porém, constatou um aumento significativo de mulheres que declararam já ter sido vítimas de algum tipo de violência ao longo da vida, passando dos 18%, verificados em 2015, para 29%, em 2017. Observou-se, também, o aumento do percentual de mulheres que declararam conhecer alguma mulher que já tenha sofrido violência doméstica ou familiar, que saltou de 56%, em 2015, para 71%, em 2017.

Embora a violência física ainda seja a mais mencionada, a análise da série histó-

rica permite verificar que mais que dobrou o percentual de mulheres que declarou ter sofrido violência sexual. Enquanto as taxas relacionadas às violências física, moral e

clarou ter sofrido violência sexual ao longo da vida, passando de 5%, em 2011, para 14%, em 2017.

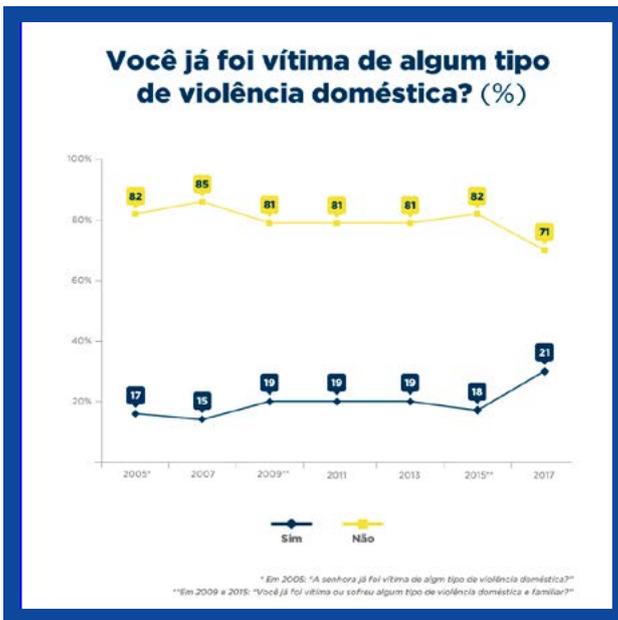
A presente edição da pesquisa, realizada em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, trouxe perguntas inéditas, que apontaram que 6% das mulheres entrevistadas declararam ter sofrido violência nos últimos doze meses. Outro achado interessante é que ter filhos parece ser um fator que aumenta as chances de a mulher sofrer violência, uma vez que, enquanto o percentual de mulheres sem filhos que declararam ter sofrido violência no último ano foi de 3%, o percentual de mulheres com filhos que foram vitimadas pela violência no período foi de 7%.

A íntegra da pesquisa está disponível no site do DataSenado e do Observatório da Mulher contra a Violência.

Acesse:

https://www12.senado.leg.br/institucional/omv

Texto produzido pelo Observatório da Mulher contra Violência e Instituto DataSenado



patrimonial têm permanecido relativamente constantes, verificou-se um aumento significativo do percentual de mulheres que de-

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo

Equipe de apoio: Paula Bento

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211
E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br

Procuradoria da Mulher do Senado @SenadoMulher

www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria